

MIL ANOS DA INCURSÃO NORMANDA AO CASTELO DE VERMOIM

COORD.

MÁRIO JORGE BARROCA

ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Mil Anos da Incursão Normanda ao Castelo de Vermoim*

Coordenação: Mário Jorge Barroca, Armando Coelho Ferreira da Silva

Design gráfico: Helena Lobo | www.hldesign.pt

Imagem da capa: “Tapisserie de Bayeux – XIème siècle”. Avec autorisations spéciale de la Ville de Bayeux.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

ISBN: 978-989-8351-97-5

Depósito Legal: 450318/18

DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898351975/mil>

Porto, dezembro de 2018

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

OS *MADJUS* ATRAVÉS DO ESPELHO: ALGUMAS GLOSAS EM TORNO DA INCURSÃO DE 844

HERMENEGILDO FERNANDES*

I.

A história das incursões vikings, a quem os árabes do al-Andalus chamaram *Madjus*¹, teve na historiografia uma repercussão talvez maior do que o seu real impacto na Hispânia dos séculos IX e X poderia justificar. Tal destaque poderá ficar tanto a dever-se às marcas psicológicas imediatas provocadas pela violência dos ataques e, sobretudo, pela estranheza suscitada pelos seus perpetradores, o que justificará o largo destaque a eles dado pelas narrativas históricas do período, como ao espaço dedicado por Dozy ao tópico no tomo II das *Recherches*². Muito inspirado pela erudição desenvolvida no quadro do romantismo nórdico sobre as raízes das construções nacionais, assim como pelo papel desempenhado pelos ataques vikings na crise do império carolíngio depois da batalha de Fontenai (841), a perspectiva que Dozy deduz das fontes poderá ser vista como khalduniana, no sentido em que parece ser sensível ao carácter sistémico das incursões, enquanto fenómeno que globalmente atinge os estados de natureza imperial que estão no lugar do império romano, quer eles sejam cristãos, como o carolíngio, ou parte do «bilad al-Islam», como o emirado

* FLUL/Centro de História da Universidade de Lisboa.

¹ Sobre o sentido do conceito de *Madjus*, (ou ainda de *Al-Madjus al-Urdumaniyyun*) dominante entre os historiadores do Magrebe e al-Andalus para designar os vikings, e a analogia com o zoroastrismo, cf. MELVINGER, A., “al-Madjus”, s.v. *Encyclopédie de l'Islam*, n. ed..

² DOZY, 1881: 250-371.

de Córdoba. Dito de outra forma, entre as neo-Romas civilizadas e as longínquas periferias pagãs. Como sempre a operação de Dozy assenta em bases estritamente textuais: assim, parafraseia longamente textos de Nuwairi, Ibn Idhari, Ibn al-Qutiya, Ibn Dihya e um fragmento de Ibn Hayyan (publicando no apêndice XXXIV os textos em árabe de todos eles, excepto de Ibn Idhari), que lhe servem para reconstruir uma narrativa possível, mas assumidamente desconexa, devido às contradições internas dos textos, sobre a história das incursões dos *Madjus* no al-Andalus. A descoberta em Fês da segunda parte do *Muqtabis* de Ibn Hayyan³, publicado apenas há uma vintena de anos pela dupla Corriente/Makki, haveria de servir a E. Lévi-Provençal, cuja síntese domina o panorama da história andalusi de meados do século XX, para dar novo fôlego aos estudos sobre as incursões dos *Madjus*. Tudo o que desde então se escreveu repousa de forma mais ou menos próxima na leitura do *Muqtabis* por ele feita, centrando-se na determinação da cronologia e do impacto directo das incursões, assim como no estudo da relação destas com o nascimento de uma rede de *ribatat* ao longo da costa. No que respeita ao Ocidente do al-Andalus, em particular visado pelos ataques, será difícil acrescentar às sínteses de C. Picard, quer na sinopse de história do Gharb⁴ quer na história do Atlântico muçulmano⁵, ou de H. Pires⁶, em tese recente onde se sistematiza o estado actual dos nossos conhecimentos sobre a história das incursões vikings na costa ocidental andaluza.

A minha perspectiva será aqui outra: menos do que a história — muito conhecida — das incursões dos *Madjus* interessa-me restituir um ponto de vista, o dos andaluzes, através do discurso oficial ou das elites espelhado nas crónicas, assim como o impacto real da interacção. Em causa está avaliar como as incursões e os processos defensivos que elas despoletam, permitem observar sistemas organizados de comunicação política e de governo no interior do emirado, assim como activar vínculos entre o poder central e as periferias e entre aquele e outros poderes autónomos *de facto* como aqueles que controlam a marca superior. Em segundo lugar, perceber como as incursões dão uma oportunidade para revelar a rede de comunicação diplomática do emirado, que constitui, por assim dizer, o seu espaço, através da rede de dependências que mantém no Magrebe, desvelando escalas de intervenção aliás progressivamente mais diáfanas, como se percebe pela embaixada enviada ao rei dos *Madjus* suscitada logo pela primeira intervenção de 844. Por último, creio que as incursões suscitam a revelação de alguns indícios sobre os mecanismos de integração social no al-Andalus, num momento em que o processo de criação de uma sociedade andaluza está numa fase crítica, correspondendo a cronologia das incursões

³ Uma síntese da história do ms. em PENELAS & MOLINA, 2011: 229, n.1.

⁴ PICARD, 2000: 209.

⁵ PICARD, 1997.

⁶ PIRES, 2012: 90 e ss.

do século IX à fase imediatamente anterior e contemporânea da crise dos mártires de Córdoba e da primeira *Fitna*. Não creio, porém, que, ao contrário do que sucedeu na Europa de além Pirenéus, a presença cíclica dos *Madjus* tenha desempenhado um papel central na crise da sociedade andaluza. Isto por razões que importará observar.

II.

A primeira observação implica reconhecer que, ao invés do que se estava a passar pela mesma altura na *Britânia* dos reinos anglo-saxões e do que se passaria na costa atlântica da *Francia* Ocidental durante o século X, no al-Andalus nunca as incursões dos *Madjus* deram lugar a assentamentos permanentes, se exceptuarmos a residual implantação no Baixo Guadalquivir de elementos deixados para trás depois da expedição contra Sevilha de 844. A sua rápida integração na sociedade andaluza, pela dupla via da islamização e da especialização agropecuária, que os transformará em pacíficos fornecedores de queijos à cidade do Guadalquivir, não deve no entanto fazer esquecer a excepcionalidade deste percurso. A ausência de colonização é particularmente eloquente nas costas atlânticas do al-Andalus e da Hispânia cristã a norte, pelo contraste que evidencia com as potencialidades oferecidas pelas condições naturais. De facto, tanto a densidade da hidrografia, potenciada pelo número de estuários com boa acessibilidade e possibilidade de navegação fluvial, do rio Minho para sul, como a existência de profundos entalhes naturais na costa, criando condições análogas às dos *fiords* de onde uma parte importante dos *Madjus* eram originários, pareciam suscitar a sua instalação permanente. Se a isso somarmos outra interessante condição, a existência de uma rede urbana desenvolvida de matriz antiga, teremos verificado todos os factores — e mais alguns — que estão por detrás das colonizações vikings em ambos os lados do canal da Mancha e do mar do Norte, o que torna ainda mais reveladora a ausência de vestígios dessa ocupação tanto no al-Andalus como na Hispânia cristã.

Essa mesma excepcionalidade é vincada pela total ausência de vestígios dos *Madjus* no registo arqueológico só explicável pela mesma falta de instalação permanente, ao invés do que sucede com os abundantes testemunhos da presença viking na costa leste da Inglaterra. Assim, em nenhum outro lado da Hispânia se registando notícia de instalação estável, as incursões, episódicas durante os séculos IX e X, e retomadas depois já de os *Madjus* se terem convertido ao cristianismo, hão de ser observadas sobretudo do ponto de vista do impacto que causam na sociedade andaluza, quer em resultado das práticas de saque e tomada de cativos, quer na natureza da reacção organizada que desencadeiam. Nesta última repousam a maior parte dos problemas historiográficos despertados pelas incursões, já no que respeita às medidas de fortificação, urbana e litoral, já na plausível articulação entre elas e o desenvolvimento da rede de *ribatats* na costa andaluza. No que respeita às costas do Gharb al-Andalus,

face mais exposta a ataques provenientes do Atlântico, e as primeiras visadas pelas incursões, numa extensão de costa com muitos pontos de articulação fluvial com o interior e que por isso se apresentam como ideais para os processos de penetração habituais nos *Madjus*, de Lisboa até Sevilha, só uma análise muito fina dos materiais arqueológicos recuperados nos últimos trinta anos permitirá tirar conclusões seguras acerca da ligação entre povoamento fortificado litoral (ou da fortificação das cidades acessíveis por via fluvial) e os ataques dos *Madjus* registados pelos textos árabes.

Creio, porém, que uma outra via relativa à recepção das incursões dos *Madjus* na sociedade andaluza foi ainda insuficientemente explorada: refiro-me à activação dos mecanismos defensivos e à oportunidade de concentração da estrutura do estado em torno do emir, particularmente num momento em que se acabava de renovar essa estrutura com base nos modelos centralizados do mundo Abássida, o que acontecera precisamente no período das primeiras incursões, as do emirado de 'Abd al-Rahman II. Por isso mesmo parece central a observação dos mecanismos despoletados pelas incursões, facilitada pela abundância de detalhes narrativos compilados no século XI por Ibn Hayyan. Em foco processos como os da comunicação e circulação de informação, coesão política entre o centro e as periferias e relação com poderes mediterrânicos que reconhecem ao emirado de Córdoba preeminência simbólica.

Em suma, interessa-nos menos aqui a história das incursões em si mesmas, do que a das possibilidades que criam de reforço do poder do estado no interior da sociedade andaluza através do jogo de relações políticas a diferentes escalas, desde a esfera local dos governadores de província até à regional, no quadro de uma sociedade islâmica no Ocidente. Inequivocamente, como veremos, os *Madjus*, são na sociedade andaluza, mais do que eles próprios.

III.

Uma rápida mas necessária recapitulação da cronologia e do alcance territorial das incursões permitirá desde logo identificar alguns padrões. Primeiramente do ponto de vista cronológico: os ataques agrupam-se em dois momentos relativamente concentrados, um entre a fase final do emirado de 'Abd al-Rahman II, em 229/230 (844) e o começo do governo de Muhammad, em 244 (858-861); outro ao longo do califado de al-Hakam II, em 355 (966) e de novo em 360 (971) e 361 (972). O primeiro situa-se numa fase inicial da expansão viking e deve ser articulado com os ataques devastadoras contra as cidades e mosteiros do mundo carolíngio nos anos subseqüentes ao tratado de Verdun. O segundo corresponde a uma fase de consolidação, quando já há assentamentos permanentes em Inglaterra e na costa Normanda. E é precisamente a crise do império carolíngio, assim como a incapacidade de resposta dos reinos anglo-saxónicos que explica o seu sucesso na Europa do norte. Inversamente,

será necessário encontrar na conjuntura política andaluza razões para o fracasso na transformação das operações de saque em ocupação real do território.

A primeira conjuntura, a de meados do século IX, vem na sequência de um importante reforço da autoridade do emir conseguida por 'Abd al-Rahman II, logo desde o início do seu emirado, em 822, através de um hábil programa de translação dos modelos do califado Abássida — cujo prestígio, por então se estende à própria corte romana de Constantinopla do imperador Teófilo — da administração à cultura material, translação que o *Muqtabis* simboliza na figura do cantor Ziriya, e que terá o seu manifesto arquitectónico na ampliação da mesquita aljama de Córdoba, obra que parece ter estado em perigo pela mobilização de recursos do tesouro para a fortificação das cidades que as incursões tornavam necessária. O crescimento que se pode seguir no al-Andalus desse período explica a rapidez da mobilização na primeira incursão e ainda a capacidade para pôr em prática um programa de medidas que implica disponibilidade do tesouro. E a bravata do emir em insistir na manutenção da construção da mesquita em simultâneo com as obras de fortificação é também uma demonstração dessa prosperidade que, de resto, se deverá estender ao conjunto da economia mediterrânica no período, no império bizantino da dinastia amórica (e na subsequente, macedónica), como no oriente Abássida de al-Ma'mun e de al-Mutasim, que é o verdadeiro motor económico do momento. A assimetria conjuntural entre o mundo carolíngio e o mediterrânico, com aquele a iniciar a longa recessão que só se virá a inverter pelo ano 1000 e este a prolongar uma fase de crescimento que se iniciara no século VIII, deve ser considerado como um factor explicativo para a diversidade de processos políticos entre as duas regiões durante esse período e, com maioria de razão, também para a recepção das incursões dos *Madjus*. No al-Andalus esse crescimento quase parece soçobrar durante a *Fitna* da segunda metade do século, isto é, durante o longo processo de colapso do poder central que se inicia justamente com Muhammad, emir aquando das incursões de 858-861. Não será este o lugar para discutirmos o lugar dos *Madjus* na debilitação do poder do emir. Chegará no entanto sublinhar que estes ocupam nos registos históricos relativos a este período um lugar relativamente modesto, diríamos secundário, se comparado com o protagonismo das várias *duwal* (casas) que afirmam por todo o lado um poder de dimensão regional mas de facto autónomo face a Córdoba, entre as quais a dos Banu Marwan nesse mesmo Ocidente que fora nas últimas décadas o principal alvo das incursões vindas do Atlântico. Aliás a ameaça dos *Madjus* pareceria ao emir, nesse começo da década de 60, menos preocupante que a dos «galegos», isto é, os cristãos do norte asturiano, ou dos senhores locais revoltosos. É deles, e não dos *Madjus* que tratam primordialmente os textos.

A segunda vaga de incursões, da qual não tratarei aqui, acontece numa conjuntura que apresenta muitas analogias com a anterior, do ponto de vista da história

do al-Andalus. Com efeito, o emirado de al-Hakam II corresponde a uma fase de estabilização, possível graças ao recentramento político e simbólico operado nas décadas precedentes em torno de al-Nasir. Mais do que nunca inspirado em modelos orientais, o agora califado atingiu uma estabilidade acompanhada por um crescimento económico que o transformara no principal motor da economia do ocidente, tanto islâmico como cristão. Neste quadro as incursões dos vikings não parecem mais significativas que um incómodo passageiro, que não deixa de merecer a atenção de Galib, comandante do exército, a par de outros conflitos nas fronteiras, em particular no Magrib. Os *Madjus* integram-se assim numa cartografia do conflito mais alargada, num momento em que tem lugar uma reorganização da ordem política mediterrânica, em que se gerem as ameaças vindas da costa atlântica, ao mesmo tempo que se disputa a hegemonia mediterrânica aos Fatímidas que haviam acabado de conquistar o Cairo (969) e aos Ziridas que governam o Magrebe em representação daqueles (972). Em Constantinopla, a dinastia macedónica iniciava o seu período dourado que, com Basílio II, levaria à maior extensão do Império desde Justiniano. Nesta consolidação do mundo em torno de dominações imperiais os *Madjus* só poderiam ter, por enquanto, um lugar de figurantes.

Importaria ainda observar outras regularidades, aquelas que afectam o alcance territorial das incursões na esfera andaluza. O próprio *Muqtabis* nos dá uma chave de compreensão geográfica, na frase que serve para marcar a primeira chegada dos vikings: «Nos fins de 229 h. apareceram as naves dos normandos que foram conhecidos no al-Andalus como madjus na costa ocidental do al-Andalus, detendo-se em Lisboa como primeiro ponto de entrada [...]»⁷. Aqui estará um primeiro padrão do ponto de vista geográfico, a predilecção dos *Madjus* pelas áreas estuarinas, Lisboa, onde o estuário se alarga em golfo, sendo o verdadeiro porto de entrada no al-Andalus para quem se apresenta vindo do Atlântico Norte. O extremo ocidente, sempre periférico nas contas políticas do poder cordovês, adquire assim, por via destes invasores, um novo protagonismo.

Mas as áreas de impacto, se contabilizarmos o conjunto das incursões, estendem-se muito mais além, abrangendo a quase totalidade da costa meridional da antiga Lusitânia e a da Betica, de Santarém a Múrcia (Tudmir), do Gharb extremo até ao Sharq, numa zona de grande densidade da presença romana e de exposição tradicional, desde antes da romanização, às influências orientalizantes vindas do Mediterrâneo. Como era usual nas incursões dos normandos o critério da acessibilidade a partir de ligações costeiras é determinante como se pode verificar dos casos dos ataques a Lisboa, Saltes ou Sevilha, mas não exclusivo (veja-se a este título o caso da incursão

⁷ *Muqtabis*, II-1, 185v.

a Beja).⁸ O critério unificador será antes o do peso e da capacidade de atracção das antigas metrópoles romanas que conservariam então muito do seu antigo brilho, quer nas funções centrais, quer na população e riqueza, quer no edificado, capaz por si só de atrair incursões que visam, antes de mais, o saque. Creio, no entanto, que, neste mapa algo difuso, o alvo central nem por isso deixam de ser duas zonas estuarinas, o complexo Tejo/Sado, unido pela península de Setúbal dominada pelo *hisn* de Balmala, onde tanto Lisboa como Alcácer são visadas, e o Guadalquivir até Sevilha.

Estas últimas observações têm sido determinadas pelo confronto entre as rotas das incursões e os dados da geografia física mas sobretudo entre aquelas e a permanência de estruturas territoriais da antiga Hispânia romana. Seria útil submetê-los também ao que sabemos sobre a organização territorial do al-Andalus. O que nos revelam os episódios das incursões sobre essa organização e em que medida a transformam? Todo o sistema Omíada de administração do território estava, como é sabido, assente na dualidade entre as circunscrições interiores do território (*Kuwar*), mais pequenas, fortemente urbanizadas e com uma capitalidade genericamente entregue a antigos municípios, nesse sentido herdeiras dos *conventii* — ainda que se possa discutir a linearidade da filiação — e as marcas (*Tughur*) que organizavam espaços transicionais, mais militarizados, mas, sobretudo, mantendo com o poder central relações muitas vezes difusas, onde se centrava uma parte importante da absorção da conflitualidade e das relações com os principados cristãos do norte e, mais ainda, com o império carolíngio. Ora, vindo do litoral, atlântico e mediterrânico, as incursões dos *Madjus* subvertem a ordem natural pressuposta por esta organização territorial. De facto é o litoral da *Kura* (*sahil*) que é afectado, o que introduz um elemento de instabilidade em regiões normalmente a salvo de incursões externas ao próprio al-Andalus. Ao invés, as marcas não são afectadas. Esta inversão explica a impreparação da maior parte das cidades para os ataques, como acontece de forma óbvia em Sevilha, onde os vikings se apoderam momentaneamente da cidade sem oposição de monta, nela fazendo o que tinham já feito nos anos anteriores nas cidades e mosteiros carolíngios da área do Loire. Explica ainda a dimensão do choque sentido pelos andaluzes assim como as medidas de fortificação que o emir entende levar a cabo em perímetros fortificados datáveis da crise do império romano e que, desde então, não pareciam ter sofrido obras significativas. Imanente como era ao sistema de organização territorial andaluz, parece admissível que nem mesmo o perigo apesar de tudo passageiro representado pelos *Madjus* tenha sido suficiente para subverter esta correlação entre as *Tughur* e as *Kuwar*, militarizando estas últimas, em parte porque o emir temia que cidades fortificadas pudessem resistir melhor à sua autoridade. O mesmo é dizer,

⁸ Mas uma fonte do século XIII, Ibn Idhari, fala na costa (litoral) de Beja, a propósito da incursão de 858-860, cf. PIRES, 2012: 131.

que a natureza do sistema político andaluz assentava simultaneamente na robustez económica e na debilidade militar do sistema urbano que servia de base ao regime. E é precisamente esta dualidade que o torna uma presa ao mesmo tempo apetecível e fácil para os *Madjus*, como para outros invasores mais familiares: as condições de ruína das muralhas romanas que irão oferecer Évora, em 913, ao saque de Ordoño II das Astúrias, lembram em tudo os ataques vikings do século anterior. Será necessário esperar por uma mudança radical no equilíbrio de forças no interior da Península Ibérica, a partir de meados do século XI, para se assistir a uma mudança consistente na estrutura de organização territorial, marcada por uma tendência para a militarização, fora dos espaços que tinham conhecido um processo de encastelamento logo desde a *Fitna* do século IX.

Tudo o que acabámos de dizer remete para uma hipótese, a de que o sistema de defesa face às incursões dos *Madjus* assentará muito mais numa mobilidade de tropas em que o circuito de informação é vital. Parece-me ser aqui, e não nas fortificações, que reside a essência da capacidade de reacção, pelo que, ao menos neste caso, o velho problema historiográfico da sobrevivência das fortificações romanas, e do mau estado destas, muito visível em inícios do século X, talvez não deva ser sobrevalorizado.

IV.

São esses mecanismos de circulação de informação que me proponho estudar de seguida, a partir de uma fonte única, o *Muqtabis* de Ibn Hayyan, compilação do século XI que, na complexidade de fontes primárias que estão na sua base, revela diversos níveis estratigráficos de informações sobre os ataques. Reconheça-se desde logo, o que seria desnecessário para os cultores dos textos árabes do período, que as fontes mais precisas e detalhadas para a história dos *Madjus* no Mediterrâneo são andaluzas (árabes), tendo estas paralelo apenas em textos nórdicos mais recentes, em particular o *Morkinskinna*⁹, que se refere exclusivamente a uma grande incursão de inícios do século XII, muito posterior, pois, à cristianização dos *Madjus*.

E a fonte mais significativa para este aspecto como para outros da história do al-Andalus deste período é o *Muqtabis* de Ibn Hayyan, compilação do século XI que, no trecho respeitante aos ataques dos *Madjus*, recolhe sobretudo autores da centúria anterior¹⁰. Entre eles estão Ahmad al-Razi¹¹, 'Isa b. Ahmad al-Razi¹², ambos prove-

⁹ *Morkinskinna* (2000). Cf. sobretudo pp. 316-317, os processos mantendo-se análogos aos das incursões dos séculos IX e X, apesar da cristianização.

¹⁰ Um panorama de historiografia do al-Andalus em MOLÉNAT, 2007. Sobre Ibn Hayyan, filho de um secretário de Al-Mansur que mantém com o califado a mesma relação que os historiadores romanos do alto império dedicavam à memória da República, morto já no final do regime taifa, em 469/1076, cf. IDEM: 28-31.

¹¹ 274/888-344/955, cf. PONS BOIGUES, 1898: n° 23, p. 62-66 e MOLÉNAT, 2007: 25.

¹² Filho e continuador do precedente, morto em data desconhecida, provavelmente durante a segunda metade do século X, cf. PONS BOIGUES, 1898: n° 41, p. 82.

nientes de uma família ligada à corte desde o tempo do emir Muhammad, al-Qurashi¹³, Ashshabinasi¹⁴ e Ibn al-Qutiyyah¹⁵, que nos dão das incursões diferentes versões concordes no essencial. A ligação destes autores aos meios áulicos, por laços de parentela, clientelares e de serviço, assim como o saudosismo Omíada do compilador do século XI são aqui um vector a reter, pelo que revelam de intencional na centralidade dos processos de comunicação política e de propaganda dinástica no olhar das próprias fontes.

Assinale-se, por outro lado que o próprio processo de preservação dos registos acaba por explicar muito da evolução da perspectiva historiográfica sobre o tópico. A extensa compilação de fontes sobre as incursões dos *Madjus* publicada por Dozy em 1881 manteve-se durante quase um século como a referência incontornável. A descoberta por Lévi-Provençal de um manuscrito de uma parte perdida do *Muqtabis* de Ibn Hayyan viria no entanto permitir rever profundamente a história das incursões, como se evidencia no capítulo de síntese a elas dedicado na obra maior do autor, em que segue de perto, sintetizando-a, a narrativa do *Muqtabis*. Como Levi-Provençal nunca publicou a fonte que tinha na sua posse, foi só na passagem do milénio que o texto reentrou no circuito dos historiadores, primeiro em *fac-simil*¹⁶, depois em tradução¹⁷. É essencialmente sobre esse texto que aqui me centrarei, pelo que os comentários seguintes dizem todos respeito à primeira incursão, a de 844, talvez a mais interessante, pela novidade que representa na organização política andaluza, o que a torna num estudo de caso relevante do ponto de vista que me interessa, o da activação dos mecanismos de reacção e daquilo que eles revelam sobre essa sociedade política.

V.

O primeiro facto a anotar será o do peso relativo das incursões dos *Madjus* no conjunto da compilação de Ibn Hayyan e, em particular, no volume do *Muqtabis* (II) que abrange os anos de 796 a 847 e que praticamente termina com a secção sobre as incursões, no ano de 844 (229 H.). Do ponto de vista quantitativo, a repercussão das incursões na fonte é relevante embora secundária se tivermos em consideração o lugar que ocupam na economia da narrativa (185r-188v, 312-322 trad.), sempre menor

¹³ *Hafiz* sevilhano, deixou escrita uma história da mesma cidade, vivendo pelos começos do reinado de 'Abd al-Rahman III. Cf PONS BOIGUES, 1898: nº 100, p. 124-125 e *Muqtabis* II-1, p. 316, n. 671.

¹⁴ Mu'awiya b. Hisham al-Shabinasi, autor de uma «História da dinastia Omíada no al-Andalus» (Tarih fi dawla Banu Marwan bi-l-Andalus), que deve ser a obra que serve de fonte a Ibn Hayyan, é ele próprio descendente dos Omíadas e por isso ligado à dinastia reinante, visto ser tetraneto do emir Hisham I. Cf. PONS BOIGUES, 1898: nº 102, p. 125.

¹⁵ O melhor conhecido de todos os historiadores citados por Ibn Hayyan na passagem referente aos *Madjus*, era descendente de Vitiza por linha feminina (de Sara sua neta), facto de que estava bem consciente, e cliente dos Omíadas por via do pacto que permitira a Olemundo, pai de Sara, guardar uma grande concessão territorial aquando da conquista árabe. A sua História da Conquista de Espanha estende-se até ao califado de 'Abd al-Rahman III de que é contemporâneo. Morreu em 367/977. Cf. PONS BOIGUES, 1898: nº 45, p. 83 e ss, MOLÉNAT, 2007: pp. 25-26.

¹⁶ VALLVÉ, 1999.

¹⁷ MAKKI e CORRIENTE, 2001.

que o tópico das rebeliões internas, verdadeiro *leit-motiv* dos historiadores andaluzes, numa sociedade em que a dissidência e a *‘asabiyyah* ocupam um lugar central. Menor ainda, por exemplo, que a larga passagem dedicada às inovações produzidas na corte de Córdoba, nesse mesmo reinado de ‘Abd al-Rahman II que assiste à primeira grande incursão dos *Madjus*, pela chegada do iraquiano Ziriya (147v-154v, 193-215 trad.). Assim, se tomarmos a extensão de fólios ocupados como um indício sobre a percepção da importância relativa dos acontecimentos, a singular aparição de Ziriya na corte cordovesa, proveniente de Bagdad, tem duas vezes mais importância que os meses de incursão normanda no ano de 844 que tantas destruições provocaram no litoral, em particular em Lisboa e Sevilha. Tal constatação, se por si mesma não pode ter valor absoluto, deve no entanto afinar o ângulo de aproximação às fontes recolhidas no *Muqtabis* e ao olhar particular que as enforma — a perspectiva dos círculos próximos à corte emiral.

Como se disse, é o *Muqtabis* uma compilação, de resto organizada em época dois séculos posterior a estes eventos. Não pode, nesse sentido, ser abordado como se de uma fonte única se tratasse. Apenas uma arqueologia do texto através da análise dos vários estratos que o compõem poderá ajudar a focar uma imagem, ou talvez antes um conjunto de imagens complementares. Já nos referimos ao conjunto de autores que neste caso servem de fonte a Ibn Hayyan que é, aliás como era prática na historiografia árabe, para quem um texto valia tanto como a autoridade das suas fontes — o processo é em tudo análogo, neste sentido, à construção dos processos de legitimidade textual em torno de uma *fatwa* — muito escrupuloso na sua identificação. Convém por isso considerar cada um dos relatos.

Todos eles se referem com grau diferente de detalhe e de selecção de eventos à mesma série de acontecimentos. Lévi-Provençal e depois dele H. Pires já deram deles uma tentativa de reconstrução¹⁸. Como não são os acontecimentos por si que aqui nos interessam alinhemos uma brevíssima analítica prévia dos eventos de 844. No começo do Verão do ano anterior de 843 (Junho), os *Madjus* tinham tomado Nantes, na embocadura do Loire e atacado depois Bordéus e Toulouse, remontando o Garonne. No Verão de 844, a 20 de Agosto, estão diante de Lisboa, com mais de cem embarcações, seguindo-se treze dias de combates¹⁹. Em princípios de Setembro a frota abandona Lisboa encaminhando-se para o golfo hispano-magrebino onde encontraram a embocadura do Guadalquivir²⁰. Aí, uma parte dos navios continua

¹⁸ LÉVI-PROVENÇAL, 1967: 146 e ss. PIRES, 2012: 96 e ss.

¹⁹ Sobre as diferentes versões do ataque a Lisboa cf. PICARD, 2000: 209.

²⁰ No ms de Copenhaga, factício e interpolado no século XVII por Gabriel Rodríguez de Escabias, a notícia sobre o reinado de ‘Abd al-Rahman II, dado erradamente como “filho de ‘Abd al-Rahman”, ocupa-se sobretudo da incursão de 844. O conceito de *Madjus* é aqui traduzido como hereges, o que está talvez próximo do sentido original. Atribui ainda o ataque a Sevilha a forças conjugadas destes hereges, e doutros, “a que chamam nombardos” (provavelmente por Lombardos). Uma pista que nenhuma outra fonte confirma. Cf. AL-RAZI, 1975: fls 107-108, p. 374.

para oriente percorrendo o litoral da *kura* de Medina Sidonia, explorando o seu interior através do Guadalete e atacando a cidade portuária de Cádiz. A outra parte interna-se no Guadalquivir em fins de Setembro e, depois de saquearem a alcaria de Coria del Rio, entram em Sevilha nos primeiros dias de Outubro. Tem início o saque da cidade que dura sete dias, embora uma parte importante da população a tivesse já abandonado, com o governador à cabeça. O remanescente é levado prisioneiro, incluindo muitas mulheres, para a ilha de Qabtil, a jusante, onde os *Madjus* tinham a sua base e se haviam fornecido dos cavalos com que tentam, sem grande êxito, raziar o interior. É entre essa ilha e Sevilha, que acabam por ser confrontados pela cavalaria (liderada por três personagens de que já falaremos), entretanto enviada pelo emir, de Córdoba, para o al-Sharaf, a ocidente do rio, e, a 11 de Novembro, pelo grosso das tropas mobilizadas para o efeito e comandadas pelo eunuco Nasr. Os *Madjus* acabam derrotados com graves perdas, mil homens, mais quatrocentos prisioneiros que foram executados diante das suas embarcações e, trinta navios queimados, o que corresponde a uma parte muito importante da frota e acabam por abandonar o cenário, sendo Sevilha reocupada pelos seus habitantes. Do ataque restavam apenas algumas bolsas isoladas de *Madjus* nas ilhas do Guadalquivir, que abarão por aceitar o Islão e instalar-se naquele que será o único episódio real de assentamento permanente resultante desta expedição. É provável que o episódio citado por al-Maqqari de um ataque a Beja depois de terem subido o Guadiana se possa situar no regresso, como compensação pelo fracasso em Lisboa e em Sevilha. De qualquer forma as embarcações restantes voltaram à Aquitânia para não mais serem vistas nos 15 anos seguintes.

Este é o fio sumário dos acontecimentos. Genericamente diz-nos aquilo que já sabíamos sobre a forma como os *Madjus* se movimentam, a escala a que operam e os objectivos das operações: uma rapidez de movimentos que contrasta com as grandes movimentações dos séculos III a V; uma escala de operação que transforma toda a fachada atlântica europeia, partilhada entre as antigas Gálias e Hispânia num único teatro de operações (sem ousar ainda a aventura mediterrânica que virá depois), os grandes estuários dos rios mais importantes, Loire, Garonne, Tejo, Guadiana, Guadalquivir, Guadalete, servindo de marcadores de posição de centros urbanos antigos e ricos²¹; saque metódico desses centros urbanos, não sem encontrarem uma resistência que parece ser bastante mais eficaz na Hispânia que na Gália.

VI.

Importaria agora decompor e glosar os vários relatos que compõem estratigraficamente a principal fonte para esta sequência de eventos, o *Muqtabis* de Ibn Hayyan,

²¹ A importância dos estuários no mapa mental pode ser avaliada através do peso que a hidrografia assume na cartografia. Um exemplo para o al-Andalus e o Magrebe, que ilustra um ms. do Kitab Surat al-Ard conservado na Biblioteca Topkapi, pode ser visto em ANTRIM, 2012: 118, fig. 53.

valorizando a complexa trama de níveis de comunicação e de integração no interior da sociedade andaluza que me parece estar por detrás do insucesso da incursão e cuja valorização é provavelmente, mesmo, a sua mais relevante consequência.

Relato 1²² (Ahmad al-Razi), ou o primado da política

A ordenação dos relatos dir-nos-á alguma coisa sobre o processo historiográfico de composição do texto por parte do polígrafo cordovês do século XI. Com efeito, começar por Ahmad al-Razi, o «historiador» por excelência para os seus contemporâneos, implica desde logo uma opção na hierarquia das autoridades, ao mesmo tempo que se estabelece na abertura um relato base, sobre o qual os restantes vão operar como se de glosas se tratasse, acrescentando informação e iluminando certos pontos²³.

Do ponto de vista que aqui escolhemos, o relato de al-Razi permite identificar um detonador para o processo de resposta às incursões, a carta enviada pelo governador de Lisboa, Wahballah b. Hazm, ao emir, dando-lhe conta da chegada dos *Madjus* à sua costa e detalhes sobre o número de embarcações. É esta missiva que permite ao emir reagir, o que implica o arranque de um processo de circulação de informação que se faz através do envio de cartas. Nesta primeira fase a chancelaria notifica os governadores das costas para que estivessem preparados, o que significa intervir no litoral (*sahil*), por oposição às marcas (*tughur*). A chegada dos *Madjus* a Sevilha faz arrancar a segunda e mais intensa fase do processo. Uma vez notificado acerca do saque de Sevilha, o emir faz arrancar uma força de cavalaria da que estava junto dele, com três dos seus comandantes, 'Abdallah b. Kulayb, Muhammad b. Said b. Rustum e 'Abd al-Wahid b. Yazid al-Iskandarani, logo reforçada por 'Abdallah b. Al-Mundhir e 'Isa b. Shuhayd²⁴. O envio da cavalaria é desdobrado por nova carta circular, agora a todos os governadores, ordenando o levantamento geral, o que resultará numa concentração de tropas em Córdova que irão intervir no terreno comandadas pelo eunuco Nasr. É esta mobilização geral que determina o insucesso final da expedição dos *Madjus*. A derrota destes despoleta um novo processo de comunicação e propaganda, em parte visual, em parte utilizando a comunicação escrita. Dele faz parte a exibição dos restos mortais dos atacantes pendurados em postes e em troncos de palmeiras em Sevilha, assim como a comunicação da vitória às províncias. À exibição directa no local do ataque e à difusão da notícia em todo o al-Andalus vem somar-se um terceiro círculo informativo que abrange «os emires berberes da costa norte-africana (Aflah b. 'Abdalwahhab, senhor de Tahart cliente dos Omíadas

²² Fl. 185v, pp. 312-314 (trad.)

²³ Anotaria que esta centralidade do relato de Ahmad al-Razi passou para a historiografia contemporânea, sendo ele a servir de base à reconstrução dos eventos por Lévi-Provençal que, à data em que escrevia, lia diretamente do manuscrito hoje na Academia Real de la Historia de Madrid, (1967), pp. 144-150.

²⁴ Sobre 'Isa b. Shuhayd, membro de uma destacada família de origem oriental cliente dos Omíadas e hadjib de 'Abd al-Rahman II, cf. MEOUAK, 1999: 132-133.

e a outros)»²⁵. É a esse último círculo que é remetida a cabeça do chefe dos *Madjus* morto na batalha, assim como a de duzentos outros guerreiros, naquilo que é sem dúvida uma operação massiva de propaganda Omíada no Mediterrâneo ocidental, numa área magrebina que estava tradicionalmente articulada com a Hispânia e que, encontrando-se demasiado longe da esfera de influência Abássida, os Omíadas do al-Andalus sempre pretenderam tutelar²⁶. Os despojos sangrentos da vitória permitem afinal à *dawla* agora andaluza reforçar o seu poder simbólico numa área que extravasa largamente o território por ela directamente controlado. A referência aos «clientes dos Omíadas» aí existentes remete justamente para esse tipo de controle difuso, feito de relações pessoais, por contraste com aquele exercido de forma directa sobre um território através de vínculos de natureza fiscal, militar e judiciária. Facto, aliás, que saía já reforçado pela pertença de pelo menos um dos comandantes citados à *dawla* magrebina dos Rustémidas.

As incursões dos *Madjus* são, assim, no relato central de Ahmad al-Razi, um acontecimento que permite revelar o processo de funcionamento do governo Omíada nas suas várias extensões territoriais, da corte de Córdoba, às mais remotas províncias — que incluem a Marca Superior governada pelos Banu Qasi, a um deles, Lubb b. Musa, se atribuindo, *en passant*, a derrota dos invasores na *kura* de Sidonia — e à sua esfera de influência magrebina. Em causa estão duas esferas concêntricas de comunicação, uma directa, de territórios que obedecem a Córdoba e correspondem a um sistema de administração central periférica estritamente peninsular; outra indirecta, que se supõe sob influência política da dinastia Omíada e que inclui um sistema de dominação assente na proximidade geográfica e no sistema clientelar (*mawla*)²⁷. Um sistema assente na comunicação escrita, marcada nas fontes como «cartas», entre governadores e emir, mas também visual, a circulação e a exposição de despojos humanos realizando uma poderosa função propagandística que as narrativas tornam perene.

Relato 2²⁸ ('Isa b. Ahmad al-Razi) ou de Ibn Rustum

O relato de 'Isa é apresentado como um comentário da notícia anterior, o que faz pensar que a obra do filho não seria uma continuação da de Ahmad al-Razi, senão uma glosa com incorporação de muitos mais elementos. O excerto recuperado aqui por Ibn Hayyan tem precisamente essas características e, começando apenas com o

²⁵ *Muqtabis* II-1, fl. 185v, p. 314 (trad.). Sobre a relação com o Magrebe e os senhores Rustémidas de Tahart em meados do século IX, ver GAISER, 2013: 57.

²⁶ Sobre a complexidade político religiosa do Magrebe central neste período e a importância dos principados Kharidjitas (os Rustémidas de Tahart) e Álidas no processo de islamização da região, por oposição ao espaço de controle remoto do califado Abássida, representado regionalmente pelos Aglábidas de Cairuão, cf. VALÉRIAN, 2011: 138-139.

²⁷ Confronte-se, a título comparativo, sobre a natureza descontínua e reticular do território enquanto exercício de poder no universo carolíngio e pós-carolíngio cf. MONNET, 2017: 25-26.

²⁸ *Muqtabis* II-1, fl. 186r-186v, pp. 314-316 (trad.).

desembarque em Qabtil, vai centrar-se na conquista e saque de Sevilha, que narra com detalhes e precisão ausentes no texto do pai. Releve-se, por exemplo, a referência à existência de uma *rabita* em Coria, primeiro lugar saqueado pelos *Madjus* no Guadalquivir, a passagem sobre o massacre da mesquita que passou a ser chamada Mesquita dos Mártires, deixando traço na toponímia local, ou o artil dos vikings que, retirados em Qabtil depois do saque, abrem um período de resgate, apenas para poderem massacrar quem lá se dirigisse. Também aqui o processo de comunicação assume relevância, embora menor, reduzindo-se a uma referência à carta circular enviada às *kuwar* e às *tughur*, isto é, às kuras e às marcas. Esta especificação merece sublinhado, no que contém sobre a universalidade da mobilização em todo o território andaluz. O contraste mais significativo com o texto anterior está no entanto no protagonismo dado a uma personagem, o alcaide Muhammad b. Sa'id b. Rustum, que é não só dado como o comandante único do esquadrão de cavalaria saído de Córdova logo após o ataque a Sevilha, como o autor da derrota dos *Madjus* no recontro final de Talyatah. Teria sido ele, ainda, a mandar cortar as cabeças dos quatrocentos prisioneiros frente aos *Madjus* que conseguiram fugir para os barcos, acto de guerra psicológica que marca o fim das operações. Sendo o alcaide um dos Rustémidas magrebinos que estava ao serviço dos Omíadas, marca da sua condição de clientes, o centramento do relato de 'Isa na sua figura parece contrastar com a versão áulica de Ahmad, que prefere dissolver a acção do príncipe Ibadita num colectivo de três alcaides e dar a glória da vitória ao eunuco Nasr, favorito do emir 'Abd al-Rahman e personagem poderosa da corte nos anos seguintes precisamente por causa desta vitória. Não se pode deixar de pensar no que a versão do filho tem de revisão da história dinástica oficial contada pelo pai.

Relato 3²⁹ (al-Qurashi, ou de novo 'Isa al-Razi) entre uma carta e um relatório

O terceiro relato, que pertence à obra sobre história de Sevilha do autor, é, em rigor, composto de duas partes, nenhuma delas de al-Qurashi. Na primeira cita por sua vez 'Isa b. Ahmad al-Razi, pelo que, nesta complexa estratigrafia, 3 é parte de 2 (mas citado agora indirectamente por Ibn Hayyan). Por sua vez 'Isa cita a carta enviada ao norte de África dando conta da vitória sobre os *Madjus*, que complementa com comentários seus. Na segunda parte transcreve uma carta enviada ao emir por um seu emissário que viera reconhecer o território de Sevilha e de Sidonia, naquela que é uma das mais espantosas passagens de todo o texto. De resto a sequência organizada por al-Qurashi é fragmentária, o que se poderá ficar a dever à sua selecção ou à do próprio Ibn Hayyan, mas está em linha com a ausência total de texto próprio, no que contrasta com as outras fontes utilizadas pelo polígrafo cordovês do século XI.

²⁹ *Muqtabis* II-1, fl. 186v, pp. 316-318 (trad.).

1. A primeira parte de 3, composta por partes da carta enviada para a costa magrebina³⁰ e por comentários de 'Isa b. Muhammad sob a forma de fragmentos, acrescenta detalhes e comentários novos a 2, razão que terá levado Ibn Hayyan a interpolá-los nesta parte do relato. Necessariamente muito mais genérica que os relatos 1 e 2 é também muito mais abrangente e explicativa, fornecendo precisões de natureza geográfica, e cronológica: começa por identificar a origem geográfica dos «magos (*madjus*) chamados normandos (*ardamaniyyun*)», localizando-os num país «dentro do mar, junto à terra de França», narra o processo de ataque dos invasores assente num ciclo de morte, captura de cativos e saque e acompanha-os até ao Mediterrâneo [sic], onde são travados apenas na *kura* de Lisboa (não se pode deixar de sublinhar que é Lisboa e não Sevilha que aparece aqui como o ponto focal do ataque); conta por fim a sua retirada e os ataques que nela acabam por fazer à «gente da *Djilliqiyyah*» (os cristãos do norte da Hispânia) sublinhando a sua pusilanimidade e incapacidade para a guerra. Do ponto de vista geográfico o quadro é amplíssimo, desenhando-se um horizonte político que vai de França ao Mediterrâneo e em que o al-Andalus aparece com uma função de *pivot*, contrastando com a inanidade dos poderes cristãos a norte. Trata-se, afinal, de convencer os clientes (*mawali*) magrebinos, dissidentes ibaditas que não podem seguir o califa Abássida de Baghdad/Samarra, de que o poder que conta a ocidente é o dos Omíadas andaluzes. Na conjuntura dos anos 60 do século X em que provavelmente³¹ 'Isa reproduz a carta do emir 'Abd al-Rahman, os actores tinham mudado, mas o quadro geral era o mesmo, os projectos hegemónicos dos Omíadas no Magrebe chocando agora com a concorrência dos fatímidas. Os *Madjus* estavam aliás de volta por esses anos, para cumprirem o mesmo papel destruidor de inimigos úteis.

Os comentários de 'Isa que se seguem à transcrição da carta aos emires norte-africanos centram-se num tema que até aqui os outros relatos tinham deixado no silêncio, o do impacto das incursões na política emiral uma vez retirados os invasores: organização da marinha, posicionando embarcações em todas as costas e início da fortificação de Sevilha, logo interrompida pelo receio que a muralha viesse a servir de abrigo a revoltas locais. Esta passagem ajuda a definir o modelo de defesa estabelecido pelos Omíadas depois das expedições dos *Madjus* assim como as contingências que o limitam. Trata-se muito mais de bloquear o acesso às áreas de penetração estuarinas através de um sistema de patrulhamento naval das costas, do que de estabelecer pontos fortificados, de que seriam exemplo os *ribatat*. Nenhuma alusão

³⁰ É provavelmente a carta citada supra no relato de Ahmad al-Razi, remetida a Aflah b. 'Abdalwahhab, senhor de Tahart cliente dos Omíadas e a outros senhores da costa africana (cf. nota 9). Que 'Isa al-Razi a tenha transcrito talvez possa ser relacionado com o maior papel dado aos Rustémidas no seu relato, e em particular ao alcaide Muhammad b. Rustum.

³¹ Não sabemos precisamente quando escreve 'Isa. Porém, uma citação sua talvez indique que escreve antes dos ataques do califado de al-Hakam II (o primeiro de 355/966), uma vez que dá os ataques por terminados aqui, para se repetirem apenas no reinado do emir Muhammad (858-861). Cf. *Muqtabis* II-1, fl. 186v, p. 317 (trad.).

aqui à guerra santa ou a fazer *ribat*. Essa defesa à distância deveria ser complementada pela fortificação dos centros urbanos atacados, sendo Sevilha o prioritário por ter sido a principal vítima do ataque e também por se tratar de uma das principais cidades andaluzas. Contudo, era também um centro cronicamente difícil de controlar pelo regime de Córdoba (já o havia sido também pela monarquia visigótica, aí tendo deflagrado uma das mais importantes revoltas contra ela, a de Hermenegildo), como durante a *Fitna* próxima se haveria de ver. E é esse jogo de equilíbrio entre o peso da ameaça externa viking e o da ameaça interna árabe, que determina, segundo 'Isa, a suspensão da fortificação.

2. A segunda parte de 3 é integralmente composta pela carta de 'Abdallah b. Kulayb³², um dos alcaides enviados de imediato de Córdoba para combater os *Madjus*, a 'Abd al-Rahman II, com o relatório das condições de defesa na zona do «rio de Córdoba» (Guadalquivir), num território que corresponde ao Gharb dos geógrafos, isto é, à área que se estende a oeste de Córdoba, começando em Sevilha. Alguns topónimos âncora citados permitem perceber os contornos do território sob escrutínio, que é também aquele que se encontra mais vulnerável aos *Madjus*, com exclusão do extremo ocidental que é Lisboa e Santarém: Sevilha, Coria, Sidonia, Cádiz, Niebla, Beja, esta última parecendo ser o destino último da expedição. Os contornos da zona abrangida dão-nos um indício acerca do contexto de produção do relatório, apontando para que este não tenha resultado da intervenção militar aquando do ataque, em que Ibn Kulayb participa, mas de uma viagem de reconhecimento, relacionada com um inventário das fortificações realizado após a retirada dos vikings que estaria na base de um programa construtivo que foi efectivamente iniciado³³. Ao longo do Guadalquivir o relator «viu» (e esta referência à observação directa define o relato) «vestígios de cidades, fortalezas, castelos e atalaias conexas e próximas», que se articulam com Itálica e Coria até Sevilha e daí a Jerez na *Kura* de Sidonia até Cádiz e à zona costeira. A identificação desta rede de fortificações, que abrange todo o antigo golfo que chegava a Sevilha (a área estuarina actual do Guadalquivir), estende-se depois à *Kura* de Niebla. Para todos estes vestígios e ruínas Ibn Kulayb tem uma explicação que revela uma leitura de antiquário: os antigos fizeram estas fortalezas e atalaias contra os *Madjus* que deviam ter chegado já em distintas épocas. As incursões são assim vistas como um fenómeno recorrente, capaz de explicar a organização do território numa muito longa duração indefinida. Ao mesmo tempo, todos os vestígios são, *a posteriori*, militarizados, só as necessidades defensivas podendo explicar a

³² Havia sido governador de Toledo no ano de 228, e será depois governador das Marcas (em 232), pelo que se trata de um alcaide empregue sobretudo em áreas de fronteira e com forte intuição territorial, como aliás decorre da sua carta. Cf. *Muqtabis* II-1, fl. 185r e 188v.

³³ Outra hipótese, seria a de a expedição de Ibn Kulayb estar relacionada com o ataque (final?) dos *Madjus* a Beja, que parece ser o destino último da viagem.

densidade e magnitude das construções. No pórtico de uma militarização anunciada do território, a presença estranha e improvável dos *Madjus*, serve de instrumento de leitura do passado e, por causa disso, de justificação para os projectos futuros.

Relato 4³⁴ (al-Shabinasi) ou o primado do eunuco

A quarta fonte utilizada por Ibn Hayyan é al-Shabinasi, um membro do clã Omíada governante no al-Andalus, facto que explicará a originalidade do relato que produz, dominado pela perspectiva da corte vista de dentro, mais talvez do que os historiadores oficiais como os dois Razi, muito preocupados com a sucessão dos eventos militares. Não surpreende assim a explicação positiva que apresenta à cabeça para a vulnerabilidade do al-Andalus aos ataques: seria a tranquilidade garantida durante muito tempo pelo governo dos «califas Marwanis, regedores da comunidade no al-Andalus» a justificar a impreparação e o descuido da cidade de Sevilha assim como a ausência de estruturas defensivas. Esta visão de uma *pax* Omíada contrasta com o que sabemos sobre as dissensões internas durante os quase dois primeiros séculos da dinastia, mesmo se observadas do reinado de ‘Abd al-Rahman III a cuja geração pertence, assim como com a relutância do emir ‘Abd al-Rahman II, declarada noutras passagens deste texto, em fortificar Sevilha de novo por receio de revoltas internas futuras. Parece certo que é aí, e não numa paz permanente, que estão as verdadeiras razões para a vulnerabilidade face aos *Madjus*. O carácter fortemente dinástico deste relato está ainda presente na atribuição retroactiva do título califal a ‘Abd al-Rahman II, que nunca os emires Omíadas usaram até 929, operação que vinca tanto a continuidade da legitimidade na liderança da comunidade como o contributo desta para um clima de paz dela resultante.

O relato em si mesmo coincide factualmente em muito com o de Razi Pai, embora dê protagonismo a personagens diferentes. Assim a reacção do emir às notícias de Sevilha passa pelo envio sucessivo dos três alcaides, primeiro do já citado ‘Abdallah b. Kulayb, com os esquadões de cavalaria de Córdoba, depois de ‘Abdalwahid b. Yazid al-Iskandarani (um dos vizires) e, finalmente de Muhammad b. Saíd b. Rustum (que foi comandante da Marca Superior), com um poderoso exército resultado do levantamento de infantaria na planície e na montanha de Córdoba) e de ‘Abdallah b. Almundhir b. ‘Abd al-Rahman b. Mu’awiya³⁵, um príncipe de sangue Omíada, a quem deu o comando dos quraichitas e clientes, adscrevendo-lhe como alcaide ‘Isa b. Suhayd, que era camareiro do emir e continuaria a sê-lo do seu filho Muhammad. Seguir-se-á o exército mobilizado nas *Kuwar*, liderado pelo eunuco Nasr, favorito do

³⁴ *Muqtabis*, II-1, fl. 186v-188r, 188v, pp. 318-321, 322.

³⁵ A acreditar no *nasab* (patronímico), neto do fundador do estado Omíada no al-Andalus e portanto tio (primo de uma geração acima) do emir ‘Abd al-Rahman II. Cf. o Quadro Genealógico da família Omíada que LÉVI-PROVENÇAL, 1967: 248-249, reconstrói com base na *Djamharat* de Ibn Hazm.

emir que tem o verdadeiro protagonismo neste relato, a ele se atribuindo o sucesso final da expedição. As cadeias de comando ao serviço do emir revelam desta forma um equilíbrio entre a presença de especialistas da guerra nas fronteiras, tais Ibn Kulayb ou Ibn Rustum, de altos funcionários da própria corte como al-Iskandarani ou Ibn Suhayd, aquele vizir, este camareiro, e do eunuco Nasr, como finalmente da própria família real.

Os procedimentos de defesa expõem assim, de forma muito eloquente, a estrutura da sociedade andaluza dos meados do século IX, quando o estado, com a corte no seu centro, se aculturara aos padrões Abássidas, retendo porém a trama de fidelidades que tinha colocado no poder no al-Andalus a dinastia Omíada, depois de esta o ter perdido no Oriente. Essa centralidade política e simbólica da corte, toda a iniciativa vindo do príncipe, como aliás já se percebera através da carta expedida pelo governador de Lisboa ao emir (nenhum representante local se movimenta de forma autónoma, o que vinca ainda mais a importância do sistema de circulação de informações) reflecte-se no processo concêntrico de recrutamento, que tem início em Córdoba para se estender depois às periferias do sistema (segundo o esquema, cidade, distrito, *kuwar* e marcas) e, também, nos tempos de operacionalização dos contingentes; reflecte-se ainda na importância dos clientes (*mawali*) Omíadas³⁶ e nas hierarquias de comando, a importância da linhagem de alguns dos alcaides (por exemplo o Rustémida, da família dos emires Ibaditas de Tahart), não se sobrepondo ao favoritismo do eunuco; aliás, se prova suplementar fosse necessária, aí estaria o facto de a este ter sido confiado o comando supremo da expedição, ultrapassando a presença de um príncipe de sangue, neto do emir ‘Abd al-Rahman b. Mu’awiyah e por isso mesmo familiar do emir reinante e descendente de figuras tão prestigiosas como os califas Omíadas Hisham II e ‘Abd al-Malik.

A importância do eunuco, como vizir e general³⁷, está em linha, de resto, com a grande tradição tardo-imperial corporizada nos generais de Justiniano assim como com as práticas da corte Abássida contemporânea e parece ser directamente proporcional à densidade política do estado por eles servido. O triunfo do eunuco, e através dele do emir, é marcado pela entrega ritual em Córdoba das cabeças dos vencidos. É ainda sublinhado pela afluência de cortesãos que acorrem a felicitá-lo, alguns deles produzindo poemas panegíricos, parte central na economia do dom típica da cultura de corte nas sociedades islâmicas do período, como se testemunha pelo exemplo transcrito pelo *Muqtabis*, uma *qasida* do poeta ‘Uthman b. Al-Muthanna. Nasr, que simboliza aqui uma cultura de corte de matriz orientalizante, é assim o verdadeiro protagonista de um historiador vindo do interior da família real, o que faz crer numa

³⁶ Sobre a composição social da entourage dos emires Omíadas, cf. MANZANO, 2006: 224 e ss. Sobre a ligação entre *mawali* e administração emiral (e califal), cf. MEOUAK, 1999.

³⁷ Sobre o eunuco Nasr, cf. MANZANO, 2006: 236-237.

versão da corte sobre os acontecimentos diferente da dos alcaides, aquela representada por Razi pai e por al-Shabinasi, esta por Razi filho.

Relato 4a³⁸ (Ibn al-Qutiyyah) ou da intervenção do emir da marca

No interior do relato de al-Shabinasi, o *Muqtabis* faz ainda uma interpolação que introduz em cena uma nova personagem, assim como uma diferente perspectiva. Refiro-me à citação de um fragmento de um dos grandes historiadores e cultores do *Adab* na corte cordovesa do século X, Ibn al-Qutiyya. Nele o acento tónico muda, para ser posto na mobilização dos contingentes das *Kuwar* e das marcas, à frente dos quais o emir coloca a Musa b. Musa [Ibn Qasi], principal potentado da marca superior, que acabara de ser provisoriamente submetido à autoridade de Córdoba³⁹. Não deixa de ser relevante que a narrativa de Ibn al-Qutiyyah, ele próprio de longínqua origem *muladi* — descendente de Sara e por isso de Vitiza, e parte da alta nobreza visigótica que cedo se islamizara — se centre aqui na acção do chefe do mais importante clã islamizado na península desse período, a *dawla* dos Banu Qasi, parecendo a incursão dos *Madjus* um mero lugar onde se podem manifestar as tensões entre os poderes central e regionais. Poder-se-á aliás mesmo pensar, considerando a acção de Musa b. Musa, neste episódio e nos anos subsequentes, se não se tratará mesmo de um terceiro poder na Hispânia, a somar ao do emir e do rei asturiano. Isso explica porque necessita o emir (nesta passagem chamado sultão), de lhe lembrar a relação clientelar entre os antepassados de ambos, tendo-se os Banu Qasi islamizado pela via da clientela do califa al-Walid b. 'Abd al-Malik, sob cujo governo se havia conquistado o al-Andalus. Três elementos convergem aqui para promover a integração da dissidência: clientela, antiguidade da relação, datando esta da época da conquista, patrocínio na islamização. Os *Madjus* não parecem assim outra coisa que uma oportunidade, permitindo ao emir atribuir o comando do exército a um magnate dissidente e com isso unificar, ainda que momentaneamente, a totalidade do al-Andalus. Este último, porém, não parece demasiado interessado em aproveitá-la, deixando aos vizires a iniciativa — que depois de inícios titubeantes que se traduzem no refúgio do exército emiral em Carmona, acabará numa vitória sobre os *Madjus* e na retirada destes de Sevilha — e acampando à parte do resto do exército. Nova revolta de Musa b. Musa no ano seguinte torna clara a futilidade dos planos do emir, assim como a incapacidade deste de manter o controlo das marcas para além do estado de emergência provocado pelas incursões do *Madjus*. Também deste ponto de vista, o do impacto

³⁸ Fl. 188r-188v, pp. 320-321.

³⁹ Sobre a participação de Musa Ibn Musa dos Banu Qasi na campanha contra os *Madjus* cf. LORENZO JIMÉNEZ, 2010: 198 e ss. Veja-se ainda o conflito quase imediato com 'Abdallah Ibn Kulayb, quando este se torna governador, *'Amil*, da Marca Superior, o que pode ser uma pista para interpretar as contradições entre os diversos relatos, p. 202.

sobre a organização interna do emirado, isto é, sobre a correlação de poderes, não parece poder reconhecer-se um peso significativo das incursões.

Porém, a citação do relato de Ibn al-Qutiyyah termina com a notícia de uma medida directa causada pelas incursões, a da construção da muralha de Sevilha⁴⁰ e obras de fortificação na cidade, assim como a da reparação das destruições causadas na mesquita aljama e noutras mesquitas, pelos *Madjus*⁴¹: voltando a citar al-Shabinasi, o *Muqtabis* revela uma carta escrita pelo alfaqueque 'Abd al-Malik b. Habib ao emir, de Sevilha, instando-o a abandonar o seu projecto favorito, as obras de ampliação da mesquita aljama de Córdoba, que o seu bisavô e fundador da dinastia no al-Andalus iniciara, já começadas, a fim de colocar todos os recursos na fortificação de Sevilha, por ele consideradas mais urgentes; que o emir, apesar de continuar as obras em Córdoba, tenha decidido também executar o projecto sevilhano, diz muito não só sobre a importância da cidade, como sobre a sua vulnerabilidade e a seriedade da ameaça que os *Madjus* representavam para todas as cidades costeiras do al-Andalus ou abertas ao litoral por via fluvial. Cumpre no entanto notar que 'Isa b. Al-Razi, citado por al-Qurashi, como vimos um autor sevilhano e autor de uma história de Sevilha que é fonte do *Muqtabis*, e por isso fonte presumivelmente bem informada, diz que a construção das muralhas, uma vez iniciada, foi interrompida pelo temor que o emir tinha das revoltas. É verdade que a fidelidade de Sevilha sempre fora oscilante desde o tempo da monarquia visigótica. Tudo somado a ameaça dos *Madjus* é talvez preferível aos olhos do emir aos elementos centrípetos que ameaçam internamente o seu poder. Ainda assim, aí, na consolidação *a posteriori* de um dispositivo militar defensivo, podem estar os resultados materiais mais directos das incursões.

VII.

A estratigrafia textual que acabámos de estudar permite, creio, reconstruir diferentes níveis de impacto das incursões na sociedade andaluza, ao mesmo tempo que revelam o seu funcionamento. O mais directo resulta das destruições e da toma de cativos, responsáveis não só pelo grosso do impacto psicológico como também das repercussões materiais e é, poderá dizer-se, uma invariável neste modelo de incursões sem assentamento. Embora contenham narrações mais ou menos detalhadas sobre a pilhagem e as destruições em Sevilha, não é esse o foco das narrativas incorporadas no *Muqtabis*. O mesmo se poderá dizer em relação a uma das práticas económicas em que assenta a economia do saque, a do resgate. Aliás Ibn al-Qutiyya refere que, depois da derrota dos *Madjus*, foi fácil e barato resgatar os cativos nas suas mãos

⁴⁰ VALENCIA, 1987: 143, sobre as fortificações refeitas em torno de 848.

⁴¹ Sobre 'Abd al-Rahman II diz o *Dhikr* (1983), que «no ano 230 (844-845) ordenou a reconstrução da aljama de Sevilha e alçar uma muralha por causa das incursões dos *Madjus* no mar Mediterrâneo», Tomo I, p. 117 e Tomo II (trad.), p.150.

porque eles não queriam nem ouro nem prata, apenas tecidos e provisões⁴², o que contrasta com o impacto provocado na economia do império carolíngio pelas mesmas depredações.

O segundo nível, talvez o mais relevante, é o aproveitamento político que o emirado, vivendo então um importante período de consolidação conseguida por um reforço da centralidade da corte na sociedade e pela importação crescente de modelos abássidas, conseguirá tirar das incursões. Nisso contrasta com as monarquias da Europa trans-pirenaica, onde estas provocam — ou adensam — crises políticas que se prolongam por várias décadas, quase fazendo desaparecer os reinos saxónicos e expondo as debilidades do mundo carolíngio. No al-Andalus as incursões dos *Madjus*, das quais estudámos a primeira, a de 844, tornam manifesta a capacidade de reacção do centro feita sobretudo pela activação de mecanismos de comunicação com as periferias, o que implica a existência de um circuito activo e eficaz de circulação de cartas e relatórios do qual está pendente a tomada de decisões. Isto significa que em vez do princípio da delegação do processo decisório nos governadores, se verifica a possibilidade de o centralizar, como aliás se pode inferir das rápidas substituições nos governos das províncias que caracterizam os períodos de apogeu do poder central no al-Andalus, tal este ou os meados do século X. No interior deste processo de comunicação as incursões vêm expor anéis em função da proximidade ao centro: a cidade corte de Córdova, de onde sai o contingente inicial; a sua região, onde se faz o primeiro levantamento de tropas; as províncias, com as *kuwar* (nelas dominando as do litoral, o que é uma novidade suscitada pelas incursões) e as *tughur* (marcas), nestas últimas preponderando a Marca Superior, neste período na prática uma entidade política autónoma sob o controle dos Banu Qasi; finalmente as costas do Norte de África, onde alguns emires, tais os Rustémidas de Tahart, mantêm com os omíadas uma relação de dependência simbólica.

Nesse sentido podemos ver nas incursões dos *Madjus* uma oportunidade bem aproveitada pelos emires andaluzes para robustecer os laços entre a sua corte e as várias escalas geográficas em que a sua autoridade se faz sentir, que transcendem, como em todas as dominações de modelo carismático, os limites físicos (territoriais) da sua autoridade, abrangendo áreas, como as Marcas, de controle cinzento e espaços mais remotos, com o Magrebe central, governados por dinastias independentes. Assim, a propósito das incursões, revela-se um teatro do poder⁴³, com um centro ritual e actores, todos eles com um papel definido, alcaides, governadores das marcas, vizires, camareiro, eunuco, *dramatis personae* que constituem um círculo próximo do emir e cujo protagonismo será avaliado de forma diferente pelos vários narradores que

⁴² *Muqtabis* II-1, fl. 188v, p. 321 (trad.).

⁴³ Sobre os rituais de corte em Córdova no século imediato, cf. CARDOSO, 2018.

formam a compilação de Ibn Hayyan. ‘Abd al-Rahman II, que tinha muito sentido da propaganda, parece jogar deliberadamente nesse palco, aproveitando a ameaça dos *Madjus*, ao mesmo tempo que a repele, para resolver problemas de dissidência nas marcas e para montar uma impressionante operação de propaganda no seu horizonte externo mais próximo e interessante, o Magrebe. Creio que as repercussões das incursões estão muito mais aqui do que numa redefinição da política territorial.

No que a esta diz respeito, é verdade que as incursões permitem observar a organização militar do território em funcionamento. A primeira evidência é a de que a sua maior incidência no Gharb dá uma relevância nova à Marca Inferior, ou talvez mesmo, será responsável pela sua constituição. As décadas seguintes manterão esta tendência para o protagonismo que a dissidência dos Banu Marwan, ao dobrar a dos Banu Qasi na Marca Superior, vem dar à parte ocidental do al-Andalus. Em segundo lugar, dá relevância à fronteira marítima ocidental (a do Gharb) e expõe pela primeira vez a importância vital da zona dos estuários, do Tejo e do Sado, que se tornará mais notória no século XII e terá tão grande impacto na construção do reino português. A segunda evidência prende-se, como vimos, com a debilidade estrutural do povoamento fortificado. Aqui os textos parecem sustentar a definição de uma política de reconstrução dos perímetros amuralhados, apesar da ambiguidade da posição do emir, desconfiado por um lado do robustecimento que cidades fortificadas significam para os poderes locais, interessado por outro em concentrar os níveis de investimento nas grandes obras áulicas do reinado, tal como a mesquita de Córdoba⁴⁴. Já quanto à formação de uma rede defensiva assente na fundação de *ribatat*, será mais difícil apreciar uma potencial ligação com as incursões dos *Madjus*, a acreditar nos autores representados neste fragmento do *Muqtabis*. Está a fundação de uma série de *ribatat* na costa oceânica ligada à acção de ‘Abd al-Rahman II e às incursões de 844 e do final da década de 50? De facto, os textos não se referem directamente a esse tipo de medidas, insistindo na fortificação das próprias cidades e na organização da marinha⁴⁵.

É aliás como preparação para esse programa de fortificação urbana que se poderá entender o relatório sobre o litoral feito por Ibn Kulayb. Nele os *Madjus* são a única chave para explicar todos os vestígios do passado suscetíveis de ser interpretados enquanto fortificações, o que diz alguma coisa sobre a ausência de ameaças

⁴⁴ Cf. MAZZOLI-GUINTARD, 1998: 101-103, para um inventário das transformações urbanas no século IX andaluz. Os dados recolhidos não me parecem demonstrar qualquer relação necessária entre as incursões e o processo de urbanização. Deverá antes seguir-se a pista da acção dos poderes regionais, como aliás já havia feito PICARD, 1993.

⁴⁵ Sobre a construção de uma *dar al-sina’a* em Sevilha como resultado das incursões de 844 cf. PICARD, 201: 137. Sobre a repercussão na difusão da instituição *ribat* no al-Andalus (o que é diferente de uma rede de *ribatat*), apoiando-se em al-Himyari e no exemplo de Almeria cf. *Idem*: 138. Poderá aliás questionar-se, a propósito desta passagem, que poderá documentar um nexa entre as incursões dos *Madjus* e o aparecimento de uma rede de *ribatat*, se fazer *ribat*, enquanto acto espiritual e prática na fronteira equivale de forma automática à definição de uma rede fortificada litoral.

externas, nesse período da História andaluza. Esta universalidade retrospectiva dos vikings, transformada em modelo arqueológico de leitura de um passado difuso, é bem representada na leitura da porta de uma cidade na *Kura* de Niebla: nela, há «umas estátuas de pessoas que se parecem com os normandos que combatem agora os muçulmanos, assim como reproduções de naves como as suas [...], feitas sem dúvida como talismãs que deviam ajudar a afastá-los do seu país»⁴⁶.

FONTES

- [*Dhikr Bilad al-Andalus*] (1983) – *Una Descripción anónima de al-Andalus*. Edição e tradução de Luis Molina. Madrid: CSIC, 2 vols.
- AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad, (1975) – *Cronica del Moro Rasis versión del ajbar muluk al-Andalus de Ahmad Ibn Muhammad Ibn Musa al-Razi, 889-955 [...]*. Diego Catalan e M. Soledad de Andres. Madrid: Editorial Gredos.
- IBN HAYYAN (1999) – *Muqtabis II. Anales de los Emires de Córdoba Alhaquém I (180-206 H./796-822) y Abderramán II (206-232/822-847)*. Vallvé Bermejo, J., ed. *Fac-simil*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- IBN HAYYAN (2001) – *Crónica de los emires Alhakam I y 'Abdarrahman II entre los años 796 y 847 [Almuqtabis II-1]*. Tradução de Mahmud 'Ali Makki e Federico Corriente. Saragoça: Instituto de Estudios Islâmicos y del Próximo Oriente. [cit. no texto como Muqtabis II-1]
- IBN KHALDUN (2010) – *Histoire Des Berbères Et Des Dynasties Musulmanes de l'Afrique septentrionale*. Tradução de W. Mac-Guckin de Slane. Alger: Berti Editions.
- Morkinskinna. The earliest Icelandic Chronicle of the Norwegian Kings (1030-1157)*, (2000). Tradução de Theodore. M. Andersson e Kari Ellen Gade. Ithaca and London: Cornell University Press.
- AL-RAZI, Ahmad Ibn Muhammad, (1975) – *Cronica del Moro Rasis versión del ajbar muluk al-Andalus de Ahmadx*

BIBLIOGRAFIA

- ANTRIM, Zayde (2012) – *Routes and Realms. The Power of Place in the Early Islamic world*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- CARDOSO, Elsa (2018) – *The scenography of power in al-Andalus and the 'Abbasid and Byzantine ceremonials: Christian ambassadorial receptions in the court of Cordoba in a comparative perspective*. «Medieval Encounters. Jewish, Christian and Muslim Culture in Confluence and Dialogue», vol. 24, n.º 4, p. 390-434.
- DOZY, Reinhart (1881) – *Les Normands en Espagne*. In *Recherches sur l'Histoire et la Littérature de l'Espagne pendant le Moyen Âge*. Tomo II, 3ª ed. Leiden: [reimp. Amsterdam Oriental Press, 1965], p. 250-371.
- GAISER, Adam (2013) – *Slaves and Silver across the Strait of Gibraltar: Politics and Trade between Umayyad Iberia and Kharidjite North Africa*. «Spanning the Strait: Studies in Unity in the Western Mediterranean». Leiden/Boston: Brill, p. 41-70.

⁴⁶ *Muqtabis II-1*, fl. 187r, p. 318 (trad.).

- LÉVI-PROVENÇAL, E. (1967) – *España Musulmana hasta la caída del califado de Córdoba (711-1031 de J. C.)*. In MENENDÉZ-PIDAL Ramón, dir. – *Historia de España*, Tomo IV, 3ª ed. Madrid: Espasa-Calpe.
- LORENZO JIMÉNEZ, Jesús (2010) – *La Dawla de los Banu Qasi. Origen, auge y caída de una dinastía muladí en la frontera superior de al-Andalus*. Madrid: CSIC.
- MANZANO MORENO, Eduardo (2006) – *Conquistadores, Emires y Califas. Los Omeyyas y la formación de al-Andalus*. Barcelona: Crítica.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine (1998) – *L'Urbanisation d'al-Andalus au IX^e siècle. Données chronologiques*. In Cressier, Patrice; García-Arenal, M. eds. – *Génese de la Ville Islamique en al-Andalus et au Maghreb occidentale*. Madrid: Casa de Velásquez, CSIC, p. 99-106.
- MELVINGER, A. – “al-Madjus”, s.v. *Encyclopédie de l'Islam, nouvelle édition*. Leiden: Brill.
- MEOUAK, Mohamed (1999) – *Pouvoir souverain, administration centrale et elites politiques dans l'espace umayyade (II^e-IV^e/VIII^e-X^e siècles)*. [s.l.]: Academia Scientiarum Fennica.
- MOLÉNAT, Jean-Pierre (2007) – *Historiographie d'al-Andalus. Un essai de mise au point*. «Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa», n.º 16/17, p. 15-40.
- MONNET, Jérôme (2017) – *Le territoire comme télépouvoir. Bans, bandits et banlieues entre territorialités aréolaire et réticulaire*. In BUEHRER-THIERRY, G.; PATZOLD, S.; SCHNEIDER, J., eds. – *Genèse des Espaces Politiques (IX^e-XII^e siècle). Autour d ela question spatiale dans les royaumes francs et postcarolingiens*. Turnhout: Brepols, p. 25-33.
- PENELAS, Mayte; MOLINA, Luis (2011) – *Dos fragmentos inéditos del volumen II del Muqtabis de Ibn Hayyan*, «Al-Qantara», vol. XXXII 1, p. 229-241.
- PICARD, Christophe (1993) – *Le renouveau Urbain en Occident ibérique aux IX^e-X^e siècles sous l'impulsion des seigneurs muwalladun*. In *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public, 23^e congrès, Brest, 1992. Les princes et le pouvoir au Moyen Age*. Paris: Publications de la Sorbonne, p. 49-67.
- (1997) – *L'Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade : Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- (2000) – *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose.
- (2002) – *Les ribats au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 203-212.
- (2015) – *La Mer des Caliphes. Une Histoire de la Méditerranée musulmane (VII^e-XII^e siècle)*. Paris: Éditions du Seuil.
- PIRES, Hélio (2012) – *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese de Doutoramento.
- PONS BOIGUES, Francisco (1898) – *Los Historiadores y Geógrafos árabe-Españoles, 800-1450 A.D.* Madrid: [reimp. Amsterdam: Philo Press, 1972].
- VALENCIA RODRÍGUEZ, Rafael (1987) – *Sevilla Musulmana hasta la caída del califato: contribución a su estudio*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid. Tese de Doutoramento.
- VALÉRIAN, Dominique (2011) – *Contrôle et Domination Politique de l'Espace dans le Maghreb Central (VII^e-XI^e siècle)*. In NEF, Annliese; VOGUET, Élise, eds. – *La Légitimation du Pouvoir au Maghreb Médiéval. De l'orientalisation à l'Émancipation Politique*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 135-143.